



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Julho/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Técnico Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'T15', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A alegria evita mil males e prolonga a vida. Aquele que nunca viu a tristeza, nunca reconhecerá a alegria.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 01 a 04, considere o poema de Mario Quintana.

Recordo ainda... e nada mais me importa...

Aqueles dias de uma luz tão mansa

Que me deixavam, sempre, de lembrança,

Algum brinquedo novo à minha porta...

Mas veio um vento de desesperança

Soprando cinzas pela noite morta!

E eu pendurei na galharia torta

Todos os meus brinquedos de criança...

Estrada afora após segui... Mas, ai,

Embora idade e senso eu aparente,

Não vos iluda o velho que aqui vai:

Eu quero os meus brinquedos novamente!

Sou um pobre menino... acreditai...

Que envelheceu, um dia, de repente!...

(QUINTANA, Mario. **Melhores poemas**. São Paulo: Global, 2005)

1. No poema, o eu lírico mostra-se, sobretudo,
 - (A) contraditório.
 - (B) satírico.
 - (C) nostálgico.
 - (D) irônico.
 - (E) resignado.

2. No poema, o eu lírico dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte verso:
 - (A) *Estrada afora após segui... Mas, ai*, (3ª estrofe)
 - (B) *Recordo ainda... e nada mais me importa...* (1ª estrofe)
 - (C) *E eu pendurei na galharia torta* (2ª estrofe)
 - (D) *Sou um pobre menino... acreditai...* (4ª estrofe)
 - (E) *Eu quero os meus brinquedos novamente!* (4ª estrofe)

3. Em Embora *idade e senso eu aparente, / Não vos iluda o velho que aqui vai:* (3ª estrofe), o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, por:
 - (A) Conquanto
 - (B) Contanto que
 - (C) Porquanto
 - (D) Desde que
 - (E) Contudo

4. Verifica-se rima (ou seja, coincidência final de sons) entre palavras de mesma classe gramatical
 - (A) em *importa / porta* (1ª estrofe) e em *mansa / lembrança* (1ª estrofe).
 - (B) em *desesperança / criança* (2ª estrofe) e em *morta / torta* (2ª estrofe).
 - (C) em *desesperança / criança* (2ª estrofe) e em *ai / vai* (3ª estrofe).
 - (D) em *mansa / lembrança* (1ª estrofe) e em *morta / torta* (2ª estrofe).
 - (E) em *ai / vai* (3ª estrofe) e em *novamente / repente* (4ª estrofe).



Atenção: Para responder às questões de números 05 a 14, considere o trecho da crônica “O VIP sem querer”, de Carlos Drummond de Andrade.

1. João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. A encomenda apareceu na hora, entregue por um senhor que foi logo dizendo:

– O doutor não precisa se incomodar. Eu providencio o despacho e tudo mais.

O avião estava atrasado duas horas, o que não é muito, em comparação com outros atrasos por aí, inclusive o da chegada do estado de direito. O senhor da encomenda procurou amenizar a espera:

– O doutor não vai ficar duas horas sentado numa dessas cadeiras aí, vendo os minutos se arrastarem. Espere um momento, que eu dou um jeitinho.

5. Saiu para confabular mais adiante e voltou com a boa nova:

– Por obséquio, me acompanhe até a sala VIP.

– Não é preciso – objetou o meu amigo. – Posso esperar perfeitamente aqui mesmo.

– Não senhor. Estará melhor lá em cima.

– Acontece que estou aqui com um amigo.

10. – Ele também vai com o doutor.

Não havia remédio senão subir à sala VIP. Seu amigo, encabulado, e João Brandão mais ainda. Seria indelicado insistir na recusa. E depois, por que não ir àquela sala?

Subiram pelas escadas rolantes, precedidos de um abridor de caminhos, que com o indicador ia pedindo passagem para os dois ilustres desconhecidos.

Na sala VIP, enorme e vazia, pois há uma hora na vida em que até os VIP escasseiam, João Brandão e seu amigo foram convidados por um garçom solícito a beber qualquer coisa, a ler revistas, a pedir o que lhes aprouvesse.

– Obrigado – respondeu o amigo. – Não desejamos nada. Ou você, João, deseja alguma coisa?

15. – Também não. Obrigado.

O garçom insistia:

– Nem um cafezinho, doutor?

Vá lá, um cafezinho. Sorvendo-o a lentos goles, pareciam sorver o espanto de serem promovidos a VIP.

– Veja como são as coisas, João. Nós aqui na maciota, em poltronas deleitáveis, contemplando quadros abstratos, e lá embaixo o povo concreto fazendo fila para conferir as passagens ou esperando em cadeiras padronizadas a hora do embarque.

20. – É mesmo, só.

– Entretanto eles pagaram imposto como nós, custearam como nós a construção deste edifício, têm direitos iguais ao nosso de desfrutar as comodidades deste salão, mas na hora de desfrutá-las só nós dois é que somos convocados.

– Nem me fale. Estou ficando com remorso.

– Vivemos numa república, João. Você acha isso republicano?

– Eu? Eu acho que estou aqui de intrometido. Você ainda passa, porque está levando alguma coisa a alguém, e por isso lhe conferiram honras de VIP. Mas eu sou apenas acompanhante de um VIP, e acompanhante por cento e vinte minutos. E agora que você me disse essas coisas, não aguento mais, vou-me embora já. Desculpe.

25. – Que é isso, João, estava brincando. Pensando bem, o povão foi homenageado em nossas humildes pessoas. E, como diz o Milton Carneiro na televisão, a vida é curta, e isto é muito bom!

João Brandão quis assimilar o sentimento do amigo, se é que este sentia realmente a doçura da situação, mas quando a gente é promovida a VIP e não tem estrutura de VIP (é uma coisa que nasce com o indivíduo, ou não nasce, e jamais lhe será consubstancial)... A verdade é que os dois continuaram ali sem a menor convicção de serem VIP.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boca de luar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014)

5. A voz do personagem mescla-se à voz do narrador, configurando o chamado discurso indireto livre, no seguinte trecho:

(A) Seria indelicado insistir na recusa. E depois, por que não ir àquela sala? (11^o parágrafo)

(B) Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. (1^o parágrafo)

(C) – Não é preciso – objetou o meu amigo. – Posso esperar perfeitamente aqui mesmo. (7^o parágrafo)

(D) – Obrigado – respondeu o amigo. – Não desejamos nada. Ou você, João, deseja alguma coisa? (14^o parágrafo)

(E) – Eu? Eu acho que estou aqui de intrometido. (24^o parágrafo)

6. O narrador recorre a uma expressão paradoxal no seguinte trecho:

(A) “Saiu para confabular mais adiante” (5^o parágrafo).

(B) “há uma hora na vida em que até os VIP escasseiam” (13^o parágrafo).

(C) “foram convidados por um garçom solícito a beber qualquer coisa” (13^o parágrafo).

(D) “Subiram pelas escadas rolantes” (12^o parágrafo).

(E) “ia pedindo passagem para os dois ilustres desconhecidos” (12^o parágrafo).



7. O termo que qualifica o substantivo na expressão “*povo concreto*” (19º parágrafo) tem sentido oposto ao termo que qualifica o substantivo em:
- (A) “cadeiras padronizadas” (19º parágrafo).
 - (B) “pessoa comum” (1º parágrafo).
 - (C) “poltronas deleitáveis” (19º parágrafo).
 - (D) “quadros abstratos” (19º parágrafo).
 - (E) “humildes pessoas” (25º parágrafo).

8. *é uma coisa que nasce com o indivíduo, ou não nasce, e jamais lhe será consustancial* (26º parágrafo)

O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- (A) alheia
 - (B) intrínseca
 - (C) imposta
 - (D) apazível
 - (E) benéfica
9. *João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pedira ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção.* (1º parágrafo)

No trecho acima, o narrador relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) “levasse”
 - (B) “foi”
 - (C) “viajava”
 - (D) “acontecem”
 - (E) “pedira”
10. – Não é preciso – objetou o meu amigo. – Posso esperar perfeitamente aqui mesmo. (7º parágrafo)

Ao ser transposto para o discurso indireto, o trecho acima assume a seguinte redação:

- (A) O meu amigo objetou que não era preciso, que podia esperar perfeitamente lá mesmo.
 - (B) O meu amigo objetou: – Não era preciso. Podia esperar perfeitamente lá mesmo.
 - (C) O meu amigo objetou que não foi preciso, que poderia esperar perfeitamente lá mesmo.
 - (D) O meu amigo objetou: – Não preciso. Posso esperar perfeitamente aqui mesmo.
 - (E) O meu amigo objetou que não precisaria, que esperaria perfeitamente aqui mesmo.
11. • *Você ainda passa, porque está levando alguma coisa a alguém, e por isso lhe conferiram honras de VIP* (24º parágrafo).
• *é uma coisa que nasce com o indivíduo, ou não nasce, e jamais lhe será consustancial* (26º parágrafo).
- Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a
- (A) “alguém” e “indivíduo”.
 - (B) “alguém” e “coisa”.
 - (C) “você” e “indivíduo”.
 - (D) “você” e “coisa”.
 - (E) “honras de VIP” e “consustancial”.

12. O verbo em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado em:

- (A) O avião **estava** atrasado (3º parágrafo).
- (B) Mas **acontecem** coisas (1º parágrafo).
- (C) Acontece que **estou** aqui (9º parágrafo).
- (D) Não **havia** remédio (11º parágrafo).
- (E) Não **desejamos** nada (14º parágrafo).

13. *João Brandão e seu amigo foram convidados por um garçom solícito* (13º parágrafo)

Transpondo-se o trecho acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:

- (A) convidaria
- (B) teria convidado
- (C) convidaram
- (D) seriam convidados
- (E) convidou



14. Em *Seria indelicado insistir na recusa*. (11º parágrafo), a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em
- (A) “Ou você, João, deseja alguma coisa?” (14º parágrafo)
 - (B) “Por obséquio, me acompanhe até a sala VIP.” (6º parágrafo)
 - (C) “Posso esperar perfeitamente aqui mesmo.” (7º parágrafo)
 - (D) “Vivemos numa república, João.” (23º parágrafo)
 - (E) “Você acha isso republicano?” (23º parágrafo)

15. *Alguns aspiram ...I... se tornar ilustres e respeitados, acreditando assim conseguir segurança diante dos homens. Desse modo, se ...II... vida deles decorre segura, foi alcançado o bem natural.*

(Adaptado de: Epicuro. **Cartas e máximas principais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020)

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I e II devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – a
- (B) à – à
- (C) há – a
- (D) a – à
- (E) a – a

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Em um clube de leitura há 66 participantes sendo 39 homens e 27 mulheres. A cada semana 4 novos homens e 6 novas mulheres se unem ao clube. O total de participantes na semana em que o número de homens se iguala ao número de mulheres é:

- (A) 126
- (B) 136
- (C) 146
- (D) 96
- (E) 116

17. Rafael, Jairo, Víctor e Verônica são amigos. Rafael é mais velho do que Verônica, Jairo é mais velho do que Víctor e mais novo do que Verônica. A lista ordenada, do mais jovem ao mais velho, é:

- (A) Víctor, Verônica, Rafael e Jairo.
- (B) Verônica, Víctor, Jairo e Rafael.
- (C) Jairo, Víctor, Verônica e Rafael.
- (D) Víctor, Jairo, Verônica e Rafael.
- (E) Víctor, Verônica, Jairo e Rafael.

18. Uma balsa pode transportar, no máximo, ou 10 carros pequenos ou 6 caminhonetes em uma viagem. O balseiro nunca mistura carros pequenos com caminhonetes em uma mesma viagem e só faz a travessia com a capacidade máxima de sua balsa. Em um determinado dia fez 5 viagens e transportou ao todo 42 veículos. O número de caminhonetes transportadas nesse dia foi

- (A) 24
- (B) 12
- (C) 30
- (D) 18
- (E) 36

19. Um cubo foi formado com 64 cubinhos brancos e idênticos. Das 6 faces do cubo, 5 delas foram pintadas de azul, e uma não foi pintada. O número de cubinhos que ficaram com 3 faces pintadas de azul é:

- (A) 24
- (B) 16
- (C) 9
- (D) 8
- (E) 4



20. Cada um dos amigos de Ana somou os algarismos de seu dia e mês de aniversário, escreveu em um cartão e entregou a Ana. Por exemplo, se um amigo nasceu em 28 de abril, ele somou $2 + 8 + 0 + 4 = 14$. Em seguida, Ana somou os números de todos os cartões e obteve 35. Todos os amigos de Ana fazem aniversário em datas diferentes. O número máximo de amigos que Ana pode ter é:
- (A) 12
 - (B) 11
 - (C) 14
 - (D) 15
 - (E) 13

Legislação

21. Segundo a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ao servidor em estágio probatório é
- (A) vedado o exercício de cargo de provimento em comissão.
 - (B) permitido o exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
 - (C) permitida a concessão de licenças de qualquer natureza.
 - (D) vedado o afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.
 - (E) vedada a recondução ao cargo anteriormente ocupado se não aprovado no estágio probatório.
22. Considere os seguintes itens:
- I. Exoneração de cargo efetivo.
 - II. Remoção.
 - III. Redistribuição.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, há previsão legal para a ocorrência de ofício para o que consta em:

- (A) I, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I e II, apenas.
23. No que concerne às penalidades administrativas impostas aos servidores públicos, consoante os termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar:
- (A) É cabível a advertência no caso de inassiduidade habitual.
 - (B) A pena de advertência pode ser aplicada na forma escrita ou verbal.
 - (C) Não há previsão legal para a conversão da pena de suspensão em multa.
 - (D) É cabível a demissão no caso de o servidor atuar, como procurador, junto a repartições públicas, para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge.
 - (E) A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
24. Conforme prevê o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o órgão do Tribunal composto por dezesseis Desembargadores, provendo-se a metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno
- (A) é o Tribunal Pleno.
 - (B) são as Turmas.
 - (C) é a Corregedoria Regional.
 - (D) é o Órgão Especial.
 - (E) são as Seções Especializadas.



25. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, apreciar os processos e os recursos de natureza administrativa, bem como apreciar pedido de remoção de juiz do trabalho substituto entre Tribunais Regionais do Trabalho, são competências estabelecidas, respectivamente, ao
- (A) Órgão Especial e ao Órgão Especial.
 - (B) Corregedor Regional e ao Tribunal Pleno.
 - (C) Órgão Especial e ao Tribunal Pleno.
 - (D) Corregedor Regional e ao Órgão Especial.
 - (E) Tribunal Pleno e ao Corregedor Regional.
-
26. Segundo dispõe o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, atuar como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza cujas decisões sejam da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares, bem como convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da Seção de Dissídios Coletivos, são competências estabelecidas
- (A) ao Presidente da Seção Especializada.
 - (B) ao Vice-Presidente do Tribunal.
 - (C) ao Presidente do Tribunal.
 - (D) aos Presidentes das Turmas.
 - (E) ao Presidente do Órgão Especial.
-
27. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados é denominada
- (A) interrupção.
 - (B) desvinculação.
 - (C) desqualificação.
 - (D) desclassificação.
 - (E) bloqueio.
-
28. Considere os seguintes itens:
- I. Confirmação da existência de tratamento.
 - II. Anonimização de dados.
 - III. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto.
 - IV. Revogação do consentimento.
- Conforme estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, o titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição, o que consta em
- (A) I, III e IV, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I, II e III, apenas.
 - (E) I e IV, apenas.
-
29. A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), define desenho universal como *concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva*. Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve haver a adoção
- (A) da adaptação razoável.
 - (B) do desenho possível.
 - (C) da ferramenta aproximadora.
 - (D) da adaptação minimizadora.
 - (E) do desenho evolutivo.
-
30. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), a modalidade licitatória para contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica é denominada
- (A) pregão.
 - (B) concorrência.
 - (C) concurso.
 - (D) diálogo competitivo.
 - (E) leilão.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração Pública**

31. O planejamento estratégico dos órgãos públicos
- (A) se concentra nos problemas que a organização experimenta diuturnamente.
 - (B) busca a superação de objetivos imediatos.
 - (C) é caracterizado por um regime em que as metas não são fixas.
 - (D) parte de uma identificação sistemática de pontos fortes e fracos.
 - (E) procura identificar, internamente na organização, quais são as ameaças e quais são as oportunidades.
-
32. É assentada entre os estudiosos a conveniência de estudar o chamado ciclo PDCA também conhecido como “roda de
- (A) Deming” e segue o acrônimo *plan, do, check e act*.
 - (B) Maslow” e segue o acrônimo *plan, do, check e act*.
 - (C) Deming” e segue o acrônimo “planejar”, “direcionar”, “controlar” e “antecipar”.
 - (D) Maslow” e segue o acrônimo “planejar”, “direcionar”, “controlar” e “antecipar”.
 - (E) Fayol” e segue o acrônimo “planejar”, “direcionar”, “controlar” e “antecipar”.
-
33. Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da
- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
 - (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
 - (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
 - (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
 - (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
-
34. O estudo clássico de administração de empresas contempla a teoria da organização sob duas perspectivas, segundo as quais a divisão do trabalho pode se dar
- (A) horizontalmente, por níveis de autoridade, ou verticalmente, por departamentalização.
 - (B) horizontalmente, por departamentalização, ou verticalmente, por níveis de autoridade.
 - (C) de cima para baixo, por departamentalização, ou de baixo para cima, por níveis de autoridade.
 - (D) de cima para baixo, por níveis de autoridade, ou de baixo para cima, por departamentalização.
 - (E) horizontalmente, de cima para baixo, ou verticalmente, de baixo para cima.
-
35. Uma das manifestações de uma administração ética é o compromisso com a pauta *Environmental, Social and Governance (ESG)*. Para alcançar a almejada responsabilidade social, faz-se necessário planejamento, em especial:
- I. incorporando objetivos sociais no planejamento estratégico.
 - II. comparando normas e programas sociais próprios com os de outras organizações.
 - III. avaliando o retorno alcançado em investimentos em programas sociais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, apenas.

Noções de Gestão Pública

36. O denominado Ciclo PDCA consiste
- (A) em uma ferramenta para gerenciamento de projetos, que identifica o caminho crítico para a execução de suas etapas e busca eliminar os obstáculos.
 - (B) em uma técnica usada para controle de processos de trabalho buscando melhoria contínua, com planejamento, execução, controle e correção, buscando evitar erros lógicos.
 - (C) nas etapas verificadas no planejamento estratégico de uma organização, divididas entre diagnóstico interno e externo.
 - (D) no caminho percorrido para gestão de pessoal de uma organização buscando o alinhamento a seus objetivos estratégicos através de ações de desenvolvimento e aprimoramento.
 - (E) em um sistema automatizado de controle de projetos e de processos, voltado à verificação de conformidade (*compliance*).



37. A respeito dos princípios aplicáveis ao Orçamento Público,
- (A) o Plano Plurianual constitui uma exceção ao princípio da anualidade, eis que contempla créditos orçamentários com vigência para dois exercícios, prorrogável por igual período.
 - (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é expressão do princípio da unicidade, eis que editada conjuntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), integrando-a como anexo obrigatório.
 - (C) em observância ao princípio da especificação, são vedadas dotações genéricas ou globais, o que não afasta a previsão na Lei Orçamentária de reserva de contingência, consistente em um percentual sobre a receita corrente líquida.
 - (D) o princípio do equilíbrio veda a possibilidade de encerramento da execução anual com déficit orçamentário ou financeiro, obrigando, em tal situação, a abertura de créditos extraordinários.
 - (E) o princípio da anualidade impede que as despesas empenhadas e liquidadas em um exercício sejam pagas em exercício subsequente na forma de restos a pagar, os quais devem ser cancelados até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente.
-
38. A administração de recursos materiais constitui uma atividade que deve levar em conta conceitos e indicadores específicos, recorrentemente citados na literatura especializada, entre os quais se insere:
- (A) o nível de serviço, calculado dividindo-se o número de pedidos atendidos pelo número de pedidos ou requisições de materiais efetuados pelas áreas da organização.
 - (B) a curva ABC, que corresponde a um método de indexação de materiais para fins de controle patrimonial e de estocagem de itens.
 - (C) o diagrama de Pareto, consistente em uma matriz que define os materiais que devem ser repostos no estoque mantido pela organização de acordo com sua perecibilidade.
 - (D) o giro de estoque, calculado dividindo-se o número de itens em estoque pelos dias de permanência sem utilização ou requisição pelas áreas da organização.
 - (E) o *Turnover*, que corresponde à rotatividade de itens em um estoque, sendo um indicador muito utilizado nas demonstrações financeiras ou balanço patrimonial das empresas.
-
39. O que caracteriza uma receita como extraorçamentária, diferenciando-a das receitas orçamentárias, é
- (A) o fato de não transitar no caixa do ente público, mas apenas constar dos quadros demonstrativos da Lei Orçamentária Anual como embasamento das metas fiscais.
 - (B) seu caráter contingente, considerando que são originadas de excesso de arrecadação, constituindo fonte para geração de créditos suplementares ou extraordinários.
 - (C) sua origem, decorrente de alienação de ativos ou de operações de crédito, com aplicação restrita em despesas de capital sob pena de afronta à regra de ouro.
 - (D) o fato de ingressar nos cofres públicos apenas de forma transitória, com caráter compensatório e não passível de constituir fonte para geração de despesas previstas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) a previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como fonte para cobertura de riscos fiscais ou outras despesas sem dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual.
-
40. Com base no que dispõe a Lei nº 12.527/2018, que regula o direito de acesso a informações, considere as seguintes assertivas:
- I. É vedado o anonimato do solicitante, devendo o requerimento conter a identificação do requerente.
 - II. Afigura-se obrigatória a apresentação das razões determinantes da solicitação, podendo ser indeferidos pedidos que não apresentem a necessária justificativa.
 - III. Cabe ao órgão detentor da informação avaliar a presença de razões de segurança nacional que impeçam ou limitem a divulgação, impondo, quando cabível, sigilo e seu prazo de duração.
 - IV. O serviço de busca e fornecimento de informação é gratuito, podendo ser cobrado apenas o valor correspondente aos custos de reprodução de documentos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.

**Noções de Direito Constitucional**

41. Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,
- (A) é a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
 - (B) tendo em vista o princípio da inviolabilidade, não é admitido o ingresso na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, em nenhuma hipótese.
 - (C) é permitida a criação de tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que provoquem grande repercussão social.
 - (D) o princípio do direito à duração razoável do processo aplica-se exclusivamente no âmbito judicial, não havendo qualquer disposição a esse respeito àqueles que tramitam no âmbito administrativo, por serem estes, naturalmente, mais céleres.
 - (E) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

42. Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, considere:
- I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.
 - II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto.
 - III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
 - IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
 - V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II e V.
 - (D) IV e V.
 - (E) III, IV e V.
43. Tomando conhecimento de que estavam abertas as inscrições para o concurso de Soldado da Polícia Militar de determinado Estado, Airton, com 56 anos de idade, decide participar do processo seletivo para ingresso na referida carreira. Contudo, sua inscrição foi negada pela comissão do concurso com base em regra do edital, pela qual, conforme previsto expressamente em lei estadual, o candidato, no momento da inscrição, deveria ter entre 18 e 35 anos de idade. Diante da hipótese em questão,
- (A) houve violação à regra constitucional segundo a qual o estabelecimento de critérios diferenciados por lei é admitido quando a natureza do cargo o exigir para seu exercício, e não para admissão.
 - (B) houve violação à regra constitucional que proíbe a discriminação por motivo de idade, de modo que nem por lei podem ser estabelecidos requisitos de ordem etária para o provimento de cargo público.
 - (C) houve violação ao princípio da isonomia entre os candidatos a cargo público, em razão de não se justificar a existência de previsão do critério etário utilizado como fundamento da negativa de inscrição de Airton, diante das atividades desempenhadas pelo cargo a ser ocupado.
 - (D) não houve irregularidade no ato da comissão do concurso, ao vetar a inscrição de Airton, uma vez que, assim como ocorre no setor privado, o órgão responsável pela seleção de servidores públicos, por meio de concurso, tem ampla discricionariedade na eleição de critérios para a aprovação dos candidatos, com a única obrigação de fazer constar explicitamente no edital quais são as qualificações e especificações pretendidas.
 - (E) não houve irregularidade no ato da comissão do concurso, ao vetar a inscrição de Airton, haja vista que o ordenamento jurídico nacional autoriza que lei estabeleça um limite de idade para inscrição em concurso público quando tal medida se justificar pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

44. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal sobre os direitos políticos,
- (A) o militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade; se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
 - (B) serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
 - (C) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.
 - (D) a cassação dos direitos políticos só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; e improbidade administrativa.
 - (E) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 30 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.



45. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
- I. pluralismo político.
 - II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
 - IV. independência nacional.
 - V. concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e IV.

Noções de Direito Processual do Trabalho

46. Diógenes está executando a sentença de um processo que ajuizou contra sua ex-empregadora, tendo requerido a penhora da conta bancária de um dos sócios da empresa. O juiz indeferiu o pedido sob o argumento de que a referida conta era para o sócio receber salários do seu atual empregador. Diógenes, contra essa decisão, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, poderá interpor
- (A) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
 - (B) recurso ordinário no prazo de 15 dias.
 - (C) apelação no prazo de 8 dias.
 - (D) agravo de petição no prazo de 8 dias.
 - (E) agravo de instrumento no prazo de 10 dias.

47. O juiz do trabalho determina, em sede de processo de execução, que Platão, autor do referido processo junte aos autos documento que comprove a condição de sócio de Sócrates, incluído no processo no início da execução. Nessa situação, a empresa poderá arguir a prescrição intercorrente se Platão deixar de cumprir essa determinação no prazo de
- (A) 2 anos.
 - (B) 5 anos.
 - (C) 1 ano.
 - (D) 180 dias.
 - (E) 3 anos.

48. Pitágoras pretende entrar em acordo extrajudicial com seu ex-empregador, para transacionar direitos trabalhistas adquiridos ao longo do seu contrato de trabalho. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) o juiz deverá homologar o acordo no prazo de 15 dias, facultando-se às partes utilizarem do mesmo advogado.
 - (B) a petição conjunta de acordo, assim que distribuída na Justiça do Trabalho, suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
 - (C) a petição conjunta de acordo, assim que distribuída na Justiça do Trabalho, interrompe o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
 - (D) o juiz poderá homologar ou não o acordo, não havendo prazo para analisá-lo, não sendo possível às partes utilizarem do mesmo advogado.
 - (E) a celebração de acordo extrajudicial afasta a aplicação da multa por atraso na quitação rescisória.

49. Eros, advogado de profissão, propõe reclamação trabalhista em 2019 contra sua ex-empregadora, a Fazenda Pública Municipal, atuando em causa própria. A sentença resultou em procedência em parte, e o juiz fixou honorários sucumbenciais em favor de Eros no importe de 20% do valor da condenação. Em sede de recurso, a Fazenda Pública poderá questionar
- (A) não serem devidos honorários de sucumbência em face da Fazenda Pública, estando correto o percentual fixado, dentro do previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (B) o percentual fixado, eis que o limite seria de 15%, além de que não cabem honorários sucumbenciais quando o advogado atua em causa própria.
 - (C) que não seriam devidos honorários de sucumbência quando o advogado atuar em causa própria, conforme previsão legal.
 - (D) o percentual fixado, eis que o limite seria de 15%, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo honorários de sucumbência mesmo em face da Fazenda Pública.
 - (E) que não seriam devidos honorários de sucumbência quando o advogado atuar em causa própria, estando adequado o percentual fixado, que seria o máximo de 30% de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

50. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente à fase de execução no Processo do Trabalho,
- (A) em nenhuma hipótese, o Juiz pode de ofício impulsionar o início da fase de execução.
 - (B) é facultado ao Juiz, após elaborada a conta de liquidação, abrir prazo para as partes se manifestarem.
 - (C) o impulso oficial do Juiz na execução trabalhista restringe-se à hipótese de ausência de patrocínio das partes por advogado.
 - (D) abrindo o Juiz prazo para as partes se manifestarem sobre a conta de liquidação, este será sucessivo de 8 dias.
 - (E) o prazo para pagamento da execução ou sua garantia pelo executado será de 5 dias após o recebimento do mandado.



51. Em ação trabalhista movida por Tibério em face da sua ex-empregadora, Morro dos Ventos Uivantes Ltda., o exequente pretende a desconsideração da personalidade jurídica da executada, eis que não se encontram bens da empresa para garantia do Juízo, instaurando o devido Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Nessa hipótese, citado o sócio da executada, de acordo com previsão da Consolidação das Leis do Trabalho e do Código de Processo Civil, este terá o prazo de manifestação e requerimento de provas de
- (A) 15 dias.
 - (B) 8 dias.
 - (C) 5 dias.
 - (D) 10 dias.
 - (E) 48 horas.
-
52. Thor, residente em Porto Alegre-RS, prestou serviços de vendedor para a empresa Churrasco do Bom, cuja sede é no município de Alegrete-RS. A prestação de serviços de Thor se deu no município de Caxias do Sul-RS. Ajuizada ação trabalhista por Thor em face de seu ex-empregador em Porto Alegre-RS, distribuída em abril de 2021, foro de sua residência, a empresa pretende apresentar exceção de incompetência. Para tanto, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá fazê-lo
- (A) conjuntamente com a contestação, como matéria de preliminar.
 - (B) no prazo de 5 dias contados da sua citação.
 - (C) em até 5 dias antes da data da audiência.
 - (D) no prazo de defesa, em peça apartada à contestação.
 - (E) em até 10 dias após a sua citação.

Noções de Direito do Trabalho

53. Homero foi sócio da empresa Verdes Mares Comércio de Pescados Ltda., no período de setembro de 2010 a novembro de 2018. Zeus foi empregado da referida empresa de 2012 a abril de 2022, tendo sido dispensado, entendendo ser credor de verbas trabalhistas, contratuais e rescisórias. Em eventual ação trabalhista a ser proposta por Zeus logo após a sua dispensa, o sócio-reatante Homero
- (A) poderá responder de forma solidária por eventuais direitos inadimplidos de Zeus, apenas na hipótese de não ter averbada sua retirada no contrato social da empresa.
 - (B) não responderá em nenhuma hipótese por verbas trabalhistas de Zeus, eis que sua saída se deu há mais de dois anos do ajuizamento da ação trabalhista.
 - (C) poderá responder de forma subsidiária por eventuais direitos inadimplidos de Zeus, apenas na hipótese de não ter averbada sua retirada no contrato social da empresa.
 - (D) não responderá em nenhuma hipótese por verbas trabalhistas de Zeus, eis que sua saída se deu há mais de um ano do ajuizamento da ação trabalhista, prazo que extingue a responsabilidade do sócio-reatante.
 - (E) poderá responder de forma subsidiária por eventuais direitos inadimplidos de Zeus, ainda que tenha averbada sua retirada no contrato social da empresa, sendo sua responsabilidade limitada ao período que figurou como sócio.
-
54. Sócrates é empregado do restaurante Cavalos de Troia Ltda. e recebe salário de R\$ 1.800,00, ou seja, R\$ 600,00 a mais do que o salário mínimo nacional. Por ter passado a trabalhar em ambiente insalubre em grau médio a partir de 01/04/2022, receberá o respectivo adicional de insalubridade a partir de maio de 2022 no valor, em R\$, de
- (A) 360,00
 - (B) 180,00
 - (C) 540,00
 - (D) 480,00
 - (E) 240,00
-
55. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, considere as assertivas abaixo a respeito do teletrabalho:
- I. Ficarão sempre a cargo do empregador os custos pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, sendo que as utilidades fornecidas por essa modalidade de trabalho compõem a remuneração do empregado.
 - II. O empregador que desejar retornar o empregado do regime de teletrabalho para o presencial deverá avisar com antecedência mínima de 30 dias, para que o empregado possa ter tempo hábil de reorganizar sua rotina doméstica.
 - III. A adoção do regime de teletrabalho sempre se dará por meio de aditivo contratual, após acordo mútuo entre empregado e empregador.
 - IV. O empregador deverá instruir os empregados em regime de teletrabalho quanto às precauções que devem tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, podendo o empregador exigir do trabalhador que firme termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.



56. Iris é doadora regular de sangue e no último ano de contrato praticou a ação de doar sangue em três oportunidades, deu à luz um filho, bem como contraiu matrimônio. Considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, Iris pôde se ausentar do trabalho no último ano sem prejuízo do seu salário por
- (A) 11 dias.
 - (B) 9 dias.
 - (C) 13 dias.
 - (D) 8 dias.
 - (E) 7 dias.
-
57. O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de
- (A) subordinação.
 - (B) remuneração mensal.
 - (C) continuidade.
 - (D) onerosidade.
 - (E) previsibilidade.
-
58. Aristóteles é empregado na empresa Sol Nascente Comércio de Placas Solares, desde 2019, que fica situada em local de difícil acesso e utiliza ônibus fornecido pelo seu empregador para ir e voltar do trabalho, dispendendo 2 horas para ir e 2 horas para voltar, por dia. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, Aristóteles
- (A) faz jus a 4 horas extras diárias com adicional de 50%.
 - (B) deve receber 2 horas extras diárias, com adicional de 100% por se tratar de jornada *in itinere*.
 - (C) é credor de 2 horas extras diárias, com adicional de 50%.
 - (D) faz jus a 4 horas extras diárias com adicional de 100%, por se tratar de jornada *in itinere*.
 - (E) não deve receber horas extras nessa situação, por não se configurar tempo à disposição do empregador.
-
59. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no exame de uma convenção ou acordo coletivo, a Justiça do Trabalho balizará sua atuação pelo princípio da
- (A) intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.
 - (B) interpretação mais favorável ao empregado.
 - (C) estrita legalidade, em detrimento da autonomia privada coletiva.
 - (D) condição mais benéfica ao empregado, hipossuficiente na relação.
 - (E) primazia da realidade.
-
60. Afrodite é empregada da empresa Céu de Atenas S/A e ocupa cargo de confiança na referida empresa há 12 anos, recebendo gratificação de função. Por deliberação do Conselho da empresa, sem justo motivo, Afrodite retornará ao seu cargo efetivo a partir do próximo mês. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Afrodite
- (A) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que ultrapassado o prazo mínimo de 5 anos de recebimento, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.
 - (B) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que ultrapassado o prazo mínimo de 10 anos de recebimento, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.
 - (C) deverá permanecer recebendo a gratificação de função, eis que após 2 anos de recebimento, apenas por justo motivo o empregado nessas condições perde o direito à gratificação de função.
 - (D) perderá o direito à gratificação de função, eis que essa reversão, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente.
 - (E) continuará percebendo 50% da gratificação de função, eis que essa reversão, sem justo motivo, decorrido o mínimo de 10 anos, assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento de 50% da gratificação correspondente.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.4 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.5 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.6 a 10.11. 10.6 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.6.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.6.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.6.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.6.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** 10.6.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 10.6.3.2 A avaliação será feita considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.8 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.6. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.10 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.11 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

Considere o seguinte texto:

Paulinho da Viola afirmou, a propósito de quem o julga muito amarrado à tradição da música popular: “Não vivo no meu passado, meu passado é que vive em mim”.

Por outro lado, há quem afirme que nos tempos que correm, marcados pela instantaneidade e excesso de informações, a memória vem gradativamente perdendo a importância.

Levando em conta a divergência entre as duas afirmações acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, no qual você se posicionará criticamente diante delas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO